

## **Como interpretar as múltiplas funções da agricultura?**

Érica Donaire e Felipe Garcia Rodrigues

Com ajustes do professor

A noção de multifuncionalidade da agricultura se propagou na Europa, sendo utilizado pela primeira vez na Agenda 21 Global, concebida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92). A noção visa romper com o enfoque da agricultura convencional, que tem como base o aumento da produtividade de bens (alimentos e fibras), provocando muitas vezes consequências negativas em termos sociais, ambientais e culturais. Assim, propõe-se a consideração das múltiplas dimensões da agricultura, principalmente no que se refere à segurança alimentar e sustentabilidade. Trata-se assim de uma ferramenta para a revisão da política agrícola, buscando valorizar a importância da agricultura nas esferas econômica, social, ambiental e cultural.

Embora a multifuncionalidade da agricultura seja bastante ampla, basicamente busca romper com a ideia de uma agricultura vista apenas como produtora de bens privados, passando a difundir as funções sociais, ambientais e culturais da atividade agrícola (bens públicos). Assim, enfatiza-se a importância da agricultura no que se refere à segurança alimentar, à qualidade dos alimentos, ao desenvolvimento social e à conservação dos recursos naturais, como água, solos, biodiversidade, paisagem, entre outros. Nesta perspectiva, a unidade de produção agrícola deixa de focar unicamente na produtividade dos bens, o que se torna favorável por exemplo a oferta de novos serviços, como agroturismo e prestação de serviços especializados a terceiros, além da diversificação de produtos, com a comercialização de alimentos artesanais, por exemplo.

No que se refere às relações internacionais, a concepção da multifuncionalidade também visou promover uma maior colaboração dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento. Assim, políticas adotadas nos países desenvolvidos que podem dificultar o enfrentamento das questões socioeconômicas nos países de terceiro mundo são amplamente criticadas, a exemplo de instrumentos protecionistas que restringem acesso aos mercados ou a implantação de subsídios que favoreçam a exportação a baixos preços nos países em desenvolvimento. Estas medidas são responsáveis por provocar consequências negativas aos países subdesenvolvidos na esfera socioeconômica, uma vez que geram uma retração das rendas dos pequenos agricultores, expostos à concorrência desigual no próprio mercado interno.

Logicamente, o papel importante da produção agroalimentar não é esquecido no debate sobre a multifuncionalidade da agricultura, que emerge da crítica ao produtivismo, levando em conta as preocupações com o meio ambiente. Desta forma, deseja-se a construção de formas sustentáveis

de produção, que possa oferecer alimentos com qualidade. De acordo com Poirier (1999), houve três orientações básicas na agricultura francesa: em primeiro lugar, “produzir mais”; depois “produzir menos” e cada vez mais “produzir melhor”.

A orientação de “produzir mais” está atrelada às diretrizes da Revolução Verde. “Produzir melhor” se refere a aumentar o valor agregado dos produtos agrícolas prima sem que haja necessidade de aumentar a quantidade da produção.

Com a multifuncionalidade da agricultura, o agricultor acaba assumindo mais tarefas do que aquela simplesmente a produtiva. Assim, seu olhar se dirige à reprodução dos fatores econômicos, mas também para os aspectos sociais, culturais e ambientais.

Convém lembrar que há conflitos entre diferentes tipos de agricultura e de agricultores em função das formas distintas de utilização das terras. Neste ponto, podemos considerar que atividades de preservação ambiental ou paisagística e o turismo rural são consideradas atividades não agrícolas.

A multifuncionalidade da agricultura favorece a transferência de recursos, que anteriormente se destinavam exclusivamente a atividades agrícolas, para atividades não agrícolas, especialmente aquelas para-agrícolas. As novas formas de organização da produção e as formas alternativas de vida no campo favorecem uma pluriatividade das famílias de agricultores. Ou seja, membros da família podem realizar atividades além daquelas agrícolas.

No Brasil, é pertinente realçar dois fatores que interferem na multifuncionalidade da agricultura. Primeiro, as restrições de acesso à terra influenciam o padrão de uso produtivista dos recursos naturais. Segundo, o agricultor familiar é pouco protegido em termos de seus direitos trabalhistas, fiscais e previdenciários, mesmo que haja evolução que lhes é favorável neste campo.

A multifuncionalidade da agricultura abrange, mais do que produção e segurança alimentar, o desenvolvimento rural. Funções em favor da biodiversidade, da paisagem natural e da herança cultural passam a ter mais peso nas discussões sobre a política agrícola graças à noção de multifuncionalidade da agricultura. No que se refere à herança cultural, trata-se da manutenção do tecido social local, valorizando a diversidade de saberes em torno por exemplo do extrativismo, da transformação de produtos nativos e da criação de animais.

Quanto ao financiamento da agricultura familiar, houve progressos recentes na direção da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural, com a constituição dos conselhos municipais e territoriais, sob estímulo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ademais, inovadores instrumentos de apoio às famílias rurais, que serão estudados na disciplina, levam à efervescência de ideias sobre as múltiplas funções da agricultura.

## Referências

POIRIER G. (1999), « Du plan de développement durable au contrat territorial d'exploitation », *Pour*, nº 164, pp. 77-82